

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT06.028

O ENSINO DE INGLÊS COMO POLÍTICA DE PÓS-PERMANÊNCIA PARA DISCENTES COTISTAS: OPORTUNIZANDO O ACESSO, A PERMANÊNCIA E O SUCESSO EQUITATIVOS NA PÓS-GRADUAÇÃO

Fernanda Cândido da Silva Santos Magalhães¹
Antonio José Carneiro Cardoso²
Gabriela do Rosario Silva³

RESUMO

Este artigo destaca a necessidade da implementação de um ensino sistematizado e contínuo de língua inglesa para discentes cotistas durante a graduação como uma política de pós-permanência, visando ampliar a efetividade das políticas afirmativas de acesso e de permanência na pós-graduação ao mitigar barreiras linguísticas. Fundamentado nas contribuições teóricas de Shirlena Amaral, Feres Júnior e Anna Carolina Venturini, este estudo propõe uma reflexão acerca do real êxito das políticas de ações afirmativas brasileiras na educação, no que tange, para além do acesso e da permanência na graduação, as perspectivas de continuidade da trajetória acadêmica, abarcando a pós-graduação e possíveis carreiras no magistério. Pesquisas indicam uma crescente adesão dos programas de pós-graduação às ações afirmativas, que se expandirá com a Lei 14.723 de 2023. Assim, a proposição de políticas de pós-permanência é essencial para ampliar o acesso às novas oportunidades. Considerando a importância da proficiência em inglês no meio acadêmico, dado que parte significativa da literatura científica, dos processos seletivos e das oportunidades de internacionalização exigem esse idioma, frisamos que a maior parte dos cotistas, majoritariamente negros beneficiados por cotas raciais, enfrenta defasa-

1 Mestranda do Curso de Cognição e Linguagem - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - RJ, 202414120001@pq.uenf.br;

2 Mestre em Linguística - Universidade Cruzeiro do Sul - São Paulo - SP, a.j.c.cardoso@bol.com.br;

3 Doutora em Cognição e Linguagem - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - RJ, gabi.dorsilva@gmail.com.

gens na língua inglesa devido a desigualdades sociais históricas e estruturais. Embora alguns programas de pós-graduação tenham revisado seus critérios de seleção para atenuar as dificuldades relacionadas à língua estrangeira, a proficiência em inglês continua sendo crucial para a leitura de textos científicos, para a publicação em revistas internacionais, para a participação em conferências globais e em programas de mobilidade acadêmica. Visamos, por meio desta estratégia, preparar estudantes cotistas para os desafios acadêmicos e profissionais, ampliando suas oportunidades de sucesso. A hipótese central é que essa política de pós-permanência facilitará o acesso e a permanência na pós-graduação, podendo contribuir para a investidora de mais professores negros nas universidades, corrigindo desigualdades históricas e promovendo a equidade no sistema educacional brasileiro.

Palavras-chave: Ações Afirmativas; Cotas; Pós-Permanência; Ensino de Inglês.

INTRODUÇÃO

A implementação de políticas de ações afirmativas no Brasil tem sido um marco fundamental na promoção do acesso de grupos marginalizados ao ensino superior.

Iniciativas como a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) garantiram a reserva de vagas para estudantes de escolas públicas, negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, assegurando a inclusão de grupos historicamente excluídos nos cursos de graduação. Essa política, contudo, não abrangia programas de pós-graduação. Nesse sentido, a recente promulgação da Lei 14.723/2023 representa um avanço significativo ao estender as ações afirmativas para programas de mestrado e de doutorado. A nova lei reforça a importância de mecanismos de inclusão no nível mais avançado da formação acadêmica, estabelecendo que as instituições federais de ensino superior devem “promover políticas de ações afirmativas para inclusão de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação *stricto sensu*” (BRASIL, 2023).

Esse cenário marca uma transição das políticas afirmativas focadas apenas no ingresso à educação superior para estratégias mais amplas de equidade educacional, incorporando o conceito de pós-permanência. A pós-permanência refere-se à criação de condições não só para o acesso, mas também para a permanência e o consequente sucesso dos estudantes ao longo de suas trajetórias acadêmica e profissional. Dessa forma, entende-se que, para consolidar o sucesso de políticas de inclusão, é essencial que as universidades ofereçam apoio continuado aos estudantes cotistas, especialmente em relação ao desenvolvimento de habilidades e de conhecimentos fundamentais para a pós-graduação.

Neste artigo, propõe-se a inclusão do ensino sistemático e contínuo da língua inglesa como uma política de pós-permanência para estudantes cotistas durante a graduação. Tal proposta visa preparar esses alunos para os desafios da pesquisa e do ambiente acadêmico, no qual a proficiência em inglês é muitas vezes essencial para a leitura de literatura científica, para a participação em programas de mobilidade acadêmica e para a submissão de artigos a revistas internacionais. Estudos anteriores indicam que grande parte dos estudantes cotistas no Brasil, particularmente aqueles beneficiados por cotas raciais, enfrenta barreiras linguísticas devido à disparidade de acesso a um ensino de inglês de qualidade na educação básica. Essas dificuldades limitam suas oportunidades e,

em muitos casos, podem comprometer a continuidade de sua formação acadêmica em níveis avançados.

O presente estudo, portanto, busca responder à questão: Como o ensino de inglês durante a graduação pode contribuir para a equidade na pós-graduação e na carreira acadêmica de estudantes cotistas? A pesquisa, de caráter bibliográfico, fundamenta-se na análise de estudos sobre políticas de ações afirmativas, documentos institucionais e artigos acadêmicos que discutem a inclusão e a importância do inglês para a trajetória acadêmica e profissional. Apontamos que o inglês é um dos principais desafios na pós-graduação para estudantes cotistas, sendo um aspecto fundamental na qualificação desses estudantes para as exigências do meio acadêmico.

Os resultados desta análise indicam que a ausência de proficiência em inglês representa uma barreira significativa para o sucesso dos estudantes cotistas na pós-graduação, limitando tanto o acesso quanto a permanência em programas de mestrado e de doutorado. Como demonstra a pesquisadora Anna Venturini (2023), cientes desta dificuldade, dezenas de programas de pós-graduação readaptaram seus processos seletivos, para viabilizarem o acesso de candidatos para os quais a barreira da língua era excludente. No entanto, a relevância da proficiência em língua inglesa supera o tema do acesso, pois perpassa questões relacionadas à permanência desses alunos na pós-graduação. Esses achados reforçam a importância de implementar políticas de ensino de inglês como parte das estratégias de pós-permanência, ampliando as oportunidades de sucesso acadêmico e profissional de cotistas e promovendo uma educação mais inclusiva.

Para que o ensino de inglês funcione como uma política eficaz de pós-permanência para estudantes cotistas, é fundamental a criação de estratégias integradas ao longo da graduação que garantam o aprendizado progressivo do idioma. Uma das principais propostas é a inclusão de disciplinas obrigatórias de inglês voltadas aos cotistas, estruturadas para abordar leitura, escrita e comunicação oral em contextos acadêmicos, facilitando o acesso a artigos científicos e eventos internacionais. Além disso, a oferta de cursos de extensão gratuitos e específicos para esses estudantes pode proporcionar a preparação necessária para exames de proficiência, exigidos pela maioria dos programas de pós-graduação. Esses cursos, em parceria com instituições públicas e privadas, ajudariam a reduzir as desigualdades de acesso a uma formação linguística avançada e preparariam os alunos para os desafios da pesquisa e do ensino.

A aplicação de tecnologias de Inteligência Artificial (IA) ao ensino de inglês também representa uma inovação valiosa para viabilizar esse aprendizado, especialmente no contexto do **Plano Nacional de Inteligência Artificial 2024-2028**. Esse plano já prevê o uso de IA para sistemas de tutoria personalizados, que podem ser expandidos para o ensino de línguas, criando plataformas de aprendizado flexíveis e adaptadas às necessidades dos estudantes cotistas. Com o apoio da IA, essas plataformas poderiam oferecer exercícios de gramática, conversação e compreensão de textos de forma escalonada, com feedback em tempo real e planos de estudo individuais. Essa abordagem permitiria que os estudantes cotistas aprendessem inglês no seu ritmo, com um ensino mais acessível e sem os custos dos cursos tradicionais de idiomas. Dessa forma, o uso de IA no ensino de inglês proporciona uma ferramenta essencial para democratizar a proficiência linguística, preparando os estudantes para a pós-graduação e promovendo maior equidade nas oportunidades acadêmicas e profissionais.

Em síntese, este estudo defende a criação de políticas de pós-permanência que incluam o ensino de inglês para cotistas, contribuindo para o êxito dos estudantes em suas trajetórias de pós-graduação e no fortalecimento de uma academia brasileira mais diversa e representativa. Essa proposta não apenas promove a equidade educacional, mas também se alinha aos objetivos da Lei 14.723/2023, que busca a inclusão em todos os níveis de ensino superior, sinalizando a importância de políticas estruturantes que garantam a plena realização das ações afirmativas.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, com foco em pesquisa bibliográfica, com o objetivo de compreender e avaliar o papel do ensino da língua inglesa como uma política de pós-permanência para estudantes cotistas no Brasil. A escolha pela pesquisa bibliográfica deve-se à necessidade de fundamentar a discussão em uma análise crítica e abrangente da literatura acadêmica e legislativa existente sobre políticas de ações afirmativas e sobre inclusão no ensino superior, com ênfase na ampliação do acesso e da permanência na pós-graduação.

A metodologia baseou-se na coleta e análise de textos acadêmicos, documentos institucionais e legislações específicas sobre ações afirmativas, como a Lei nº 12.711/2012 e a Lei nº 14.723/2023. A pesquisa também incluiu estudos

que abordam as desigualdades educacionais no Brasil e a importância da proficiência em inglês para o sucesso na academia e no mercado de trabalho. Esses materiais foram selecionados a partir de bases de dados acadêmicas nacionais, além de relatórios e de publicações de órgãos de ensino e de instituições de pesquisa, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O processo de análise dos dados seguiu o método de categorização temática, organizando as informações em três eixos principais: (1) políticas de ações afirmativas e seu impacto no acesso e permanência de estudantes cotistas no ensino superior; (2) a relevância do ensino de inglês para a continuidade acadêmica e profissional dos cotistas; e (3) a aplicação de políticas de pós-permanência voltadas ao sucesso acadêmico e inclusão. As categorias foram definidas com base na literatura sobre ações afirmativas e inclusão acadêmica, de forma a identificar os principais desafios e oportunidades que o ensino de inglês oferece para a equidade na pós-graduação.

Com essa abordagem, buscou-se mapear as principais contribuições e as limitações das políticas de ações afirmativas, assim como explorar argumentos e dados que fundamentem a implementação do ensino de inglês como uma política de apoio e pós-permanência. A análise dos textos foi orientada por uma perspectiva crítica e reflexiva, com ênfase na relação entre as desigualdades linguísticas e o acesso equitativo às oportunidades de internacionalização e de uma formação acadêmica de alta qualidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As políticas de ações afirmativas no Brasil, desde sua implementação, têm sido fundamentais para promoção da diversidade e para a inclusão no ensino superior, especialmente para grupos marginalizados como negros, pardos e indígenas. Shirlena Amaral destaca que a política de cotas “possibilita o acesso de estudantes negros ao ensino superior”, mas alerta para os “limites estruturais” da ação afirmativa focada apenas no ingresso desses alunos (AMARAL, 2006). Isso reforça a necessidade de políticas que transcendam o acesso inicial, abrangendo a permanência e o sucesso acadêmico de forma mais ampla. Amaral aponta que, sem um acompanhamento efetivo, esses estudantes continuam enfrentando barreiras que comprometem sua continuidade nos níveis mais elevados da educação, como a pós-graduação.

A discussão é ampliada por Anna Carolina Venturini (2023), que destaca que as ações afirmativas, apesar de essenciais, precisam evoluir para incluir estratégias de permanência, considerando que apenas garantir o acesso não é suficiente para reduzir a exclusão acadêmica nos programas de mestrado e de doutorado. Segundo Venturini, as ações afirmativas permitem que estudantes negros e de baixa renda possam competir em condições mais equitativas nos espaços de pesquisa e de docência, que ainda são marcados pela exclusão de grupos historicamente marginalizados. Esse cenário se torna mais relevante diante da promulgação da Lei 14.723/2023, que amplia as cotas para a pós-graduação e requer políticas complementares para enfrentar desafios específicos desses estudantes.

Um aspecto central no debate sobre a implementação e a eficácia das políticas de ações afirmativas na pós-graduação é a noção de mérito e sua relação com a ideia de inclusão equitativa. Em muitos programas de pós-graduação, especialmente nas áreas de Ciências Exatas e Engenharias, a defesa do mérito é usada como justificativa para rejeitar ou restringir políticas inclusivas, sob o argumento de que tais ações poderiam comprometer os padrões de excelência acadêmica. No entanto, essa perspectiva ignora a desigualdade estrutural que permeia o sistema educacional brasileiro, onde a ausência de um nivelamento inicial favorece estudantes que tiveram acesso a melhores oportunidades educacionais desde a educação básica. Como argumenta Feres Júnior (Venturini, 2023), a ideia de meritocracia, nesse contexto, perde seu valor genuíno e se torna uma ferramenta que mantém o privilégio de alguns em detrimento de outros. Tal questão é agravada pelas muitas exigências aos Programas de Pós-graduação:

De qualquer maneira, a preocupação com o mérito é de se esperar, pois a pósgraduação recebe cobranças institucionais muito mais intensas acerca da sua produtividade, em grande medida, por meio das avaliações periódicas da Capes, que geram um conjunto de incentivos e punições internalizadas por todo o sistema universitário. (Venturini, 2023, p. 35)

Os estudantes cotistas enfrentam desafios específicos no ambiente da pós-graduação, e a barreira linguística é um dos principais obstáculos. De acordo com levantamento do G1 publicado em junho de 2022, embora mais de 50% dos programas de mestrado e doutorado em universidades públicas tenham implementado algum tipo de ação afirmativa, questões como as provas de idiomas continuam sendo um desafio para candidatos cotistas, dificultando

seu progresso acadêmico e o acesso a oportunidades de pesquisa e internacionalização (TENENTE, 2022). Em muitos casos, a exigência de proficiência em inglês nos processos seletivos desqualifica os estudantes cotistas que, em sua maioria, não tiveram o mesmo acesso ao ensino de idiomas de qualidade que estudantes não cotistas.

Esse cenário se agrava ao considerar que, segundo o Censo de 2022, a maioria da população autodeclarada parda e preta reside em regiões onde o acesso a uma educação de qualidade, incluindo o ensino de idiomas, é ainda mais limitado (IBGE, 2023). Portanto, a barreira linguística no nível da pós-graduação reflete e reforça desigualdades estruturais e históricas que afetam a população negra, limitando suas chances de sucesso e de continuidade acadêmica.

No contexto acadêmico, a proficiência em inglês é essencial, uma vez que grande parte da produção científica, especialmente a de alto impacto, está disponível neste idioma. Publicar em revistas internacionais, participar de conferências e acessar uma gama ampla de literatura científica requer um nível avançado de inglês, o que frequentemente exclui estudantes cotistas, limitando seu envolvimento em redes globais de conhecimento. Ressalta que a ausência de políticas que promovam o ensino de inglês para estudantes cotistas representa um obstáculo estrutural à sua plena integração na academia. Dessa forma, o ensino de inglês deve ser uma prioridade na formulação de políticas de pós-permanência, com o objetivo de preparar esses estudantes para as exigências da pós-graduação e do mercado acadêmico global.

A falta de acesso ao ensino de inglês é especialmente relevante para cotistas negros e de baixa renda, que enfrentam um sistema educacional caracterizado por desigualdades estruturais. Como observa Venturini (2023), as ações afirmativas visam corrigir disparidades, mas, ao focarem apenas no acesso, “não conseguem atender às necessidades de continuidade dos alunos”. Estudos apontam que essas barreiras educacionais refletem e reforçam desigualdades mais amplas, pois estudantes cotistas, em especial negros e pardos, que não têm acesso a aulas de idiomas acabam excluídos de oportunidades de intercâmbio, de financiamento de pesquisas internacionais e de redes acadêmicas globais. Essas barreiras acabam perpetuando uma exclusão que as políticas de ações afirmativas visam corrigir, exigindo, assim, uma abordagem mais abrangente e inclusiva na formulação de políticas educacionais.

O ENSINO DE INGLÊS COMO POLÍTICA DE PÓS-PERMANÊNCIA

A implementação de políticas de pós-permanência, que vão além das medidas tradicionais de permanência, é essencial para enfrentar as desigualdades de acesso ao conhecimento científico e ao desenvolvimento acadêmico. A pós-permanência foca em preparar os estudantes cotistas para desafios acadêmicos futuros, como a proficiência em inglês, essencial para a leitura de textos acadêmicos, para a publicação científica e para a participação em redes internacionais. Tais políticas de pós-permanência ao considerarem as especificidades dos cotistas, contribuem para reduzir desigualdades de longo prazo e para garantir que esses estudantes estejam plenamente preparados para o acesso, a permanência e o sucesso na pós-graduação e possivelmente no magistério.

A exigência de comprovação de proficiência em língua inglesa nos processos seletivos de programas de pós-graduação brasileiros representa um desafio significativo para alunos de baixa renda, pois a cobrança dessa proficiência ignora as desigualdades socioeconômicas de acesso ao aprendizado de idiomas e, já desde o processo seletivo, desfavorece esses candidatos, especialmente negros, que compõem grande parte dos beneficiários das políticas de inclusão.

Um das principais razões para que o domínio da língua inglesa seja exigido é o atendimento às metas de internacionalização da Avaliação Quadrienal da CAPES, uma medida que visa ampliar a produção científica e a inserção dos programas de pós-graduação brasileiros no cenário global. Esse conceito de internacionalização envolve não apenas a produção acadêmica em periódicos estrangeiros, mas também intercâmbios, projetos de colaboração com instituições de outros países e participação em eventos internacionais. No entanto, o foco excessivo na exigência de proficiência em inglês para obtenção de uma boa nota no quesito internacionalização pode ser contraproducente, pois reduz o acesso ao programa de muitos candidatos competentes que não tiveram condições de alcançar essa qualificação.

Nos últimos anos, vários programas de pós-graduação brasileiros têm revisado seus processos seletivos para reduzir barreiras que dificultam o acesso de candidatos de grupos historicamente excluídos, como estudantes cotistas. Entre as mudanças mais significativas está a flexibilização dos critérios de comprovação de proficiência em línguas estrangeiras, que representam uma das principais dificuldades para esses candidatos. Em alguns casos, as instituições passaram a aceitar comprovações alternativas de proficiência ou até dispensaram candi-

datos indígenas e outros grupos de minorias linguísticas da realização desses exames, reconhecendo que, para esses alunos, o português já pode ser considerado um segundo idioma.

Além disso, programas têm adotado medidas como a redução das notas de corte e a alteração do status dos exames de língua estrangeira, que agora podem ser considerados critérios classificatórios em vez de eliminatórios, permitindo que os candidatos alcancem a proficiência exigida ao longo do curso. Em certas áreas, inclusive, a comprovação de proficiência é solicitada apenas como requisito para a defesa da dissertação ou tese, possibilitando que o aluno desenvolva as habilidades linguísticas durante o programa e evitando que o domínio imediato do idioma seja um fator de exclusão no momento do ingresso. Essas adaptações nos processos seletivos refletem um compromisso crescente das instituições em promover a inclusão e equidade, ajustando exigências para atender de forma mais justa as demandas de um corpo discente diverso.

Ainda assim, entendemos que a inclusão do ensino de inglês como uma política de pós-permanência oferece múltiplos benefícios, tanto para o sucesso acadêmico dos cotistas quanto para a transformação da academia brasileira em um espaço mais plural e inclusivo. Venturini (2023) destaca que, com a recente expansão das cotas para a pós-graduação, “é fundamental que políticas complementares sejam implementadas para garantir a continuidade acadêmica dos beneficiários”. A inclusão de políticas de apoio linguístico pode promover a equidade no acesso às oportunidades científicas e profissionais, permitindo que os estudantes cotistas possam contribuir com suas perspectivas únicas e, eventualmente, aumentar a representatividade de professores oriundos de políticas inclusivas na educação superior.

A criação de um programa de ensino de inglês como parte das políticas de pós-permanência pode, portanto, funcionar como um mecanismo essencial para corrigir desequilíbrios históricos e promover a equidade acadêmica. A hipótese central deste estudo, apoiada pelos autores citados, é que essa política não só pode impactar o desempenho acadêmico e profissional dos cotistas na pós-graduação, mas poderá também impulsionar a diversificação racial e social do corpo discente e, quiçá, docente, contribuindo para um ambiente acadêmico mais inclusivo e justo, que privilegie novas epistemologias e pontos de vista.

Para consolidar o ensino de inglês como uma política de pós-permanência que favoreça o acesso e a inclusão dos estudantes cotistas na pós-graduação, é necessário que as universidades brasileiras integrem práticas e programas siste-

matizados de ensino de inglês desde o início da graduação. Uma das propostas mais viáveis seria a criação de disciplinas obrigatórias de inglês voltadas para estudantes cotistas, com um conteúdo que atenda aos níveis de aprendizado gradualmente, permitindo que os alunos desenvolvam suas habilidades linguísticas ao longo dos semestres. Esse programa pode incluir módulos específicos de compreensão oral, leitura acadêmica, escrita científica e habilidades de apresentação em inglês, visando preparar os estudantes para o ambiente acadêmico e para as exigências da pós-graduação.

Outra medida que pode ser implementada é a oferta de cursos de extensão gratuitos e certificados, especialmente organizados para estudantes cotistas, mas abertos a toda a comunidade acadêmica. Esses cursos podem ser realizados em parceria com programas de idiomas da própria instituição ou com programas governamentais e organizações externas, que possuam expertise no ensino de inglês. A periodicidade e o formato desses cursos — como oficinas intensivas em período de férias ou cursos semestrais de curta duração — podem ser adaptados para atender a disponibilidade e as necessidades dos estudantes. A criação de centros de ensino de idiomas dentro das universidades, com profissionais especializados e dedicados à formação linguística dos alunos cotistas, poderia fornecer um suporte contínuo e personalizado.

Para maximizar o alcance e a eficácia dessas políticas, o governo federal pode também investir em plataformas de aprendizado online e em aplicativos que ofereçam conteúdo de qualidade em inglês e possam ser acessados remotamente. O uso de plataformas digitais permite que os alunos aprendam em seu próprio ritmo, e, com o auxílio de ferramentas de IA, o conteúdo pode ser adaptado ao nível de proficiência e ao progresso de cada aluno. A implementação de tutoria digital interativa, por meio de inteligência artificial, possibilitaria que os estudantes desenvolvessem habilidades específicas, com feedback imediato e planos de estudo personalizados, e que contassem com acesso a materiais diversificados, como artigos acadêmicos, vídeos de conferências e exercícios práticos de leitura e escrita científica.

Outra proposta é a implementação de programas de mentoria com foco em proficiência linguística, em que estudantes cotistas de graduação possam contar com o apoio de alunos de pós-graduação que já tenham alcançado proficiência em inglês. Esses mentores podem oferecer orientações sobre como estudar o idioma, compartilhar recursos de aprendizado e conduzir conversações práticas que incentivem a fluência. A mentoria também pode incluir a

orientação sobre processos de certificação de proficiência, esclarecendo os critérios dos exames internacionais e ajudando os alunos a se familiarizarem com o formato desses testes.

Por fim, as universidades podem explorar a criação de grupos de estudos e clubes de conversação em inglês, destinados aos alunos cotistas. Essas atividades podem ser realizadas em horários flexíveis, como ao final do dia ou aos fins de semana, e facilitadas por professores de inglês ou estudantes mais avançados. A participação em grupos de conversação permite que os estudantes pratiquem o idioma de forma mais descontraída e coloquial, adquirindo confiança para situações acadêmicas mais formais, como apresentações e defesas orais. Esses grupos e clubes também contribuem para criar uma rede de apoio entre os estudantes cotistas, fortalecendo o engajamento e a troca de experiências no aprendizado do idioma.

Essas propostas de inserção do ensino de inglês ao longo da graduação atuam como políticas de pós-permanência e representam estratégias que ampliam as possibilidades de sucesso acadêmico e profissional dos estudantes cotistas, preparando-os para enfrentar as demandas linguísticas da pós-graduação e do ambiente de pesquisa internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das políticas de ações afirmativas no Brasil evidencia o quanto essas estratégias foram fundamentais para abrir o ensino superior para grupos historicamente marginalizados, como negros, pardos e indígenas. Contudo, à medida que as ações afirmativas se expandem para a pós-graduação, tornam-se mais claros os limites de uma abordagem que foca apenas no acesso e na permanência inicial. O presente estudo destacou a importância de políticas de pós-permanência, que oferecem suporte contínuo e preparam os estudantes para os desafios de níveis acadêmicos avançados. A proposta de incluir o ensino de inglês como uma política estruturante de pós-permanência é um exemplo concreto de como superar os obstáculos enfrentados por cotistas, especialmente diante da exigência de proficiência em inglês para o acesso e o êxito em programas de pós-graduação. Essas políticas se mostram, portanto, não apenas desejáveis, mas essenciais para consolidar a efetividade das ações afirmativas, promovendo uma inclusão real e sustentável no ambiente acadêmico.

Além de contribuir para o sucesso acadêmico individual dos cotistas, a ampliação de políticas inclusivas tem potencial para transformar a academia em um espaço mais diverso e mais representativo. Esse avanço na diversidade pode gerar implicações positivas para o desenvolvimento de uma academia que valoriza diferentes perspectivas e que contribui para uma sociedade mais justa e mais democrática. A inclusão de políticas de pós-permanência, como o ensino de inglês, poderia, portanto, representar um ponto de inflexão na construção de um sistema educacional mais equitativo, onde a diversidade do corpo discente e também do corpo docente reflete a pluralidade da população brasileira.

Este estudo enfatizou que o ensino de inglês para estudantes cotistas é uma política necessária para garantir a equidade no acesso à pós-graduação e ao ambiente acadêmico internacional. Ao mitigar as barreiras linguísticas que afetam os cotistas, essa política permite que esses alunos alcancem seu pleno potencial acadêmico e profissional, promovendo uma inclusão efetiva que ultrapassa as questões de ingresso e de permanência inicial. Foram discutidos os desafios enfrentados pelos cotistas na pós-graduação, incluindo as disparidades de acesso ao aprendizado de línguas, a importância do inglês para a pesquisa e para a internacionalização e as adaptações que alguns programas de pós-graduação já vêm realizando para reduzir essas barreiras. A implementação de políticas de pós-permanência alinhadas ao ensino de idiomas mostra-se, assim, um passo fundamental para garantir o sucesso das ações afirmativas.

A falta de proficiência em inglês representa uma das barreiras mais expressivas enfrentadas por estudantes cotistas ao ingressar e se manter em cursos de pós-graduação. Estudos apontam que a exigência de domínio em idiomas estrangeiros, como o inglês, é não só uma etapa eliminatória em muitos processos seletivos, mas também uma constante durante o curso, pois grande parte da literatura acadêmica relevante não está traduzida para o português (TENENTE, 2022). Essa situação cria um ambiente de exclusão para alunos que, em sua maioria, vieram de escolas públicas e não tiveram oportunidades iguais para estudar idiomas. Assim, ao lado da pressão acadêmica natural desses programas, muitos cotistas sentem-se marginalizados diante de colegas com acesso mais amplo e contínuo ao ensino de inglês durante a educação básica e média, o que compromete seu desempenho e adaptação às exigências acadêmicas internacionais (VENTURINI, 2021).

Além disso, a falta de domínio do inglês impacta diretamente as oportunidades de publicação, uma vez que grande parte dos periódicos de alto

impacto aceita artigos apenas nesse idioma. Segundo a pesquisadora Anna Venturini, essa realidade reflete-se nas exigências de internacionalização estabelecidas pela CAPES, que priorizam a produção acadêmica em plataformas globais (VENTURINI, 2021). No entanto, esse modelo de avaliação ignora que os cotistas enfrentam maiores dificuldades para acessar cursos de idiomas, especialmente aqueles que exigem proficiência avançada, como o TOEFL ou IELTS, cujos custos são proibitivos. Dessa forma, a exigência do inglês como fator eliminatório na pós-graduação não apenas limita o acesso, mas também prejudica a continuidade e o sucesso acadêmico de estudantes de baixa renda, representando um obstáculo estrutural que afeta a efetividade das políticas afirmativas na educação superior (TENENTE, 2022).

Para futuras pesquisas, sugere-se o aprofundamento dos estudos sobre o impacto de políticas de pós-permanência na inclusão e na trajetória acadêmica de estudantes cotistas, especialmente em áreas de alta competitividade acadêmica e de demanda de publicações internacionais. Do ponto de vista das políticas públicas, seria importante que o governo e as instituições de ensino superior considerassem a expansão e o fortalecimento dessas medidas como parte de uma agenda mais ampla de ações afirmativas, visando não apenas ao acesso e à permanência, mas à completa formação acadêmica e ao desenvolvimento profissional dos cotistas.

Uma proposta viável para operacionalizar o ensino de inglês como política de pós-permanência é a aplicação de tecnologias de Inteligência Artificial (IA), alinhando-se ao Plano Nacional de Inteligência Artificial 2024-2028. Esse plano prevê o desenvolvimento de sistemas de tutoria com o auxílio de IA para outras disciplinas, uma estratégia que pode ser estendida ao ensino de línguas estrangeiras. Ao integrar plataformas de IA capazes de oferecer tutoria personalizada em inglês, a iniciativa permitiria que estudantes cotistas recebessem um apoio contínuo e adaptado às suas necessidades de aprendizado, facilitando o avanço de sua proficiência sem o alto custo dos cursos tradicionais. A tecnologia de IA pode proporcionar uma experiência de aprendizagem acessível e eficaz, adaptando o ensino às lacunas e ao ritmo de cada estudante, o que favoreceria a inclusão e ampliaria as oportunidades de sucesso acadêmico. Essa aplicação de IA no ensino de línguas se configura, portanto, como uma estratégia inovadora para consolidar a equidade educacional e assegurar que a proficiência em inglês, necessária para a pós-graduação, seja alcançável para todos os estudantes.

REFERÊNCIAS

Agência IBGE de Notícias. Censo 2022: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda. Agência IBGE de Notícias, 22 dez. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 out. 2024

AMARAL, Shirlena Campos de Souza. O acesso do negro às instituições de ensino superior e a política de cotas: possibilidades e limites a partir do caso UENF. 2006. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ, 2006

BRASIL. Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 nov. 2023. Disponível em: <http://legisl>. Acesso em: 27 out. 2024

CARVALHO, José Jorge de. Cotas étnico-raciais e cotas epistêmicas: bases para uma antropologia antirracista e descolonizadora. *Mana*, Brasília, v. 28, n. 3, p. 1-36, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-49442022v28n3a0402>. Acesso em: 27 out. 2024

FARIA, Ana Elisa. Por que a Lei de Cotas não precisa de chancela, só de revisão. *Nexo Jornal*, 16 jul. 2022. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br>. Acesso em: 27 out. 2024

FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto; DAFLON, Verônica Toste; VENTURINI, Anna Carolina. Ação afirmativa: conceito, história e debates [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018. ISBN 978-65-990364-7-7. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786599036477.0002>. Acesso em: 27 out. 2024

HORTA, J. S. B., & Moraes, M. C. M. de. 2005. O sistema CAPES de avaliação da pós-graduação: da área de educação à grande área de ciências humanas. *Revista Brasileira de Educação*, (30), 95–116. DOI: 10.1590/S1413-24782005000300008

MARQUES, Thais. Os desafios do sistema de cotas na pós-graduação. Projeto Colabora, 17 jan. 2023. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br>. Acesso em: 27 out. 2024

MARQUES, Juliana Alves; CAMPOS, Luiz Augusto. Vinte anos de cotas na UnB. Nexo Políticas Públicas, São Paulo, 18 set. 2024. Disponível em: <https://pp.nexojournal.com.br/opiniaio>. Acesso em: 27 out. 2024

TENENTE, Luiza. Cotas em mestrado e doutorado dobram em 3 anos, mas bolsas congeladas e provas de idiomas são desafios para candidatos. G1 Educação, 12 jun. 2022. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/>. Acesso em: 27 out. 2024(Cotas em mestrado e dou...).

VENTURINI, Anna Carolina. Ação afirmativa na pós-graduação: os desafios da expansão de uma política de inclusão. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2023. ISBN 978-85-7511-619-7

VENTURINI, Anna Carolina. Ações afirmativas na pós-graduação podem transformar o ensino superior. Folha de S.Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 27 out. 2024

VENTURINI, Anna Carolina; SILVA, Emili Senra da. Guia básico de ações afirmativas na pós-graduação. Guias do Observatório de Ações Afirmativas na Pós-graduação (Obaap), n. 1, 2023

FREITAS, Jefferson B. de; LEMOS, Fernanda; FLOR, Juliana; SÁ, Izabele; FERES JÚNIOR, João. Políticas de ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras (2020). Levantamento Ação Afirmativa. UERJ: Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa, set. 2022